

CRISE NA EDUCAÇÃO

Denúncias de suposta corrupção no MEC escancaram a crise na educação

Não dá mais para Bolsonaro repetir que não há corrupção no seu governo! Denúncias apontam que o ex-ministro do MEC (Ministério da Educação), Milton Ribeiro, tinha um gabinete paralelo, composto por pastores evangélicos aliados do presidente, que controlava a distribuição da verba às prefeituras e a agenda do ministério.

Terceirizar a gestão de verbas a pastores de confiança por “debaixo dos panos” fere gravemente o artigo 37 da Constituição Federal que diz a administração pública “obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Financiamento público serve para ampliar o acesso aos bens e serviços, não é moeda de troca.

Triste realidade

Na pandemia da Covid-19, a má gestão do presidente aprofundou a fome, miséria, desemprego e exclusão escolar; sem contar os milhares de mortos.

Não bastasse isso, o governo abriu as portas para a militarização de escolas, quer autorizar a educação domiciliar, desvaloriza os servidores e desrespeita o processo de escolha dos reitores das Universidades. A política de corte de verbas tem feito com que entidades da educação travem uma dura batalha para impedir o desmonte dos serviços públicos.

A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) aponta que 88% das faculdades federais tiveram prejuízos após o corte orçamentário de 7,2% do governo Federal. Para o coordenador geral da Fasubra, Toninho Alves, precisamos recompor essas verbas para as Universidades Públicas porque a falta de insumos nessas instituições é uma realidade constante. “Ações como essa do MEC de desviar verba podem comprometer não só o ENEM, mas o futuro das Universidades Públicas.



Uma vez que as Universidades já não têm verbas para poder sobreviver a partir do mês de outubro, correndo o risco de não ter atendimento já no segundo semestre”, explica.

Defesa da educação

Diante desse absurdo a Fasubra e entidades da educação têm feito diversas ações na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para recompor o orçamento e garantir a instalação da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do MEC, no Senado. “Nós estamos acompanhando e entendendo que essa CPI vai desnudar a política que o

MEC tem feito, que não é uma política de atender a educação como um projeto prioritário para o país. Mas de utilizar as verbas do MEC para outras destinações que não são o serviço público, a educação e a universidade públicas”, ressalta o dirigente.

Para a Federação é preciso ampliar a mobilização e intensificar a pressão nos parlamentares. Nesta semana foi realizada a “Jornada de Lutas”, para enfrentar os ataques à educação e denunciar as privatizações das estatais.

Para superar esses desafios, o STU acredita que precisamos derrubar esse governo, retomar a pauta de implementação de políticas públicas inclusivas e aumentar o investimento em educação.

Cartão consignado: advogados vão analisar caso a caso

Eduardo Gemis

A reunião ampliada da coordenação de aposentados com o jurídico na sede do STU, na terça, 05, abordou os problemas com os consignados dos servidores aposentados e da ativa. Muitos compareceram e tiraram dúvidas com o escritório jurídico Sobral & Stoco, que fará análise do caso de cada servidor com endividamento. Os advogados vão enviar ao sindicato um requerimento e um formulário, documentos para as pessoas solicitarem aos bancos e iniciarem as análises.

O STU vai solicitar por ofício ao GGBS o contrato mãe e o número de servidores via Serviço de Informação (SIC), com urgência. Será criado e-mail exclusivo para os envolvidos e o STU vai analisar caso a caso com o jurídico. Sócios e não sócios podem mover a ação (com custos processuais aos não sócios) e, o quanto antes entrarem em contato, mais rápidos serão os encaminhamentos.



Reunião ampliada da Coord. de Aposentados e Jurídico do STU sobre Cartão Consignado

ABORTO NO BRASIL

Aborto no Brasil: que tipo de luta as mulheres precisam fazer pela sua liberdade?

As mulheres precisam constantemente se defender das inúmeras violências cometidas contra elas. E muitas vezes essas violências são promovidas até mesmo pelos próprios governantes do nosso país.

Recentemente o caso da menina de 11 anos, impedida de realizar o aborto legal em SC, chocou o país.

O caso da atriz Klara Castanho de 21 anos, que engravidou após estupro e entregou a criança para adoção, também mostrou o quanto precisamos debater sobre esse assunto. Então agora eu te convido a mergulhar nos próximos tópicos que trouxemos para refletir a forma com a qual isso é tratado no Brasil.

Como funciona o aborto no Brasil?

No Brasil, a prática do aborto é considerada ilegal, mas tem algumas exceções definidas pelo Código Penal. Só é permitido em casos de estupro (até 22 semanas), se há risco de morte para a mãe e o bebê e fetos com anencefalia (má formação que acontece durante a gestação caracterizada pela ausência do encéfalo e calota craniana).

Diferença em legalizar e descriminalizar

Existe uma diferença entre a legalização e a descriminalização do aborto. A legalização faz com que as possíveis sanções para o ato sejam eliminadas e exista uma regulamentação do mesmo.

A descriminalização deixa de ser ilícita apenas do ponto de vista penal. Mas ainda podem existir punições administrativas. Quando se criminaliza, abortar é considerado um crime. De acordo com o mapa podemos ver que o Brasil é um dos países que criminaliza o aborto com exceções.

De quem é esse direito de escolha sobre o aborto?

Logo na chegada desse atual governo observamos o quanto os direitos reprodutivos e a saúde das mulheres estiveram em cheque pelo conservadorismo.

A própria ex-ministra da mulher, família e direitos humanos, Damara Alves se posicionou contra o aborto em qualquer circunstância.

Para o médico ginecologista, obstetra e professor da USP, Jefferson Ferreira, “o aborto não deve ser feito pela minha convicção, mas pela convicção de cada mulher, ela que deve decidir se isso é possível ou não. Os motivos não deveriam ser do Estado, mas da mulher”.

Infelizmente o parlamento conservador, e de extrema direita no Congresso Nacional encoraja propostas retrógradas com viés ideológico para nortear o nosso país.



A Argentina fez um movimento forte com “panos verdes” pela legalização do aborto que foi vitorioso somente em 2020

MAPA DO ABORTO NA AMÉRICA LATINA



Infografia: Editoria de Design NSC

Fonte: Center for Reproductive Rights

A mídia acima do código de ética

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) anunciaram que vão apurar a denúncia da atriz Klara Castanho contra uma enfermeira que teria ameaçado divulgar para a imprensa informações sobre a entrega do bebê (fruto de um estupro) para adoção. Segundo o código de ética dos profissionais de enfermagem é preciso respeitar e manter sigilo sobre fatos que tenham acontecido em razão da atividade profissional.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), também se posicionou após o jornalista Leo Dias expor na mídia a situação pessoal da atriz. “São fortes as evidências de que o colunista feriu o Código de Ética do Jornalista Brasileiro”, disse a FENAJ.

São inúmeros os casos e acontecimentos que colocam em risco a saúde da mulher, seja por violência psicológica ou física.

O STU possui uma coordenação de mulheres, que vai realizar uma roda de conversa com café no dia 14/07, às 9h, sobre Mulheres e LGBTQIA+ e espera você para participar. Estamos abertas para conversar sobre estes e outros assuntos. Sabemos que muitas vezes são temas delicados, mas estamos aqui para debater e encontrar formas de nos fortalecer para lutarmos contra qualquer tipo de violência que possa acontecer.

FESTA JULINA
APOSENTADOS/AS DA UNICAMP
8 JULHO
14H | SEDE DO STU
AV. ÉRICO VERÍSSIMO, 1545 - CIDADE UNIVERSITÁRIA ZEFERINO VAZ
BARÃO GERALDO - CAMPINAS/SP

VENHA SE DIVERTIR CONOSCO!
VAI TER MUITA MÚSICA, PIPOCA, QUENTÃO,
DOCINHOS JUNINOS, CACHORRO-QUENTE
E UM BINGO BENEFICENTE.
ESSA FESTA VAI SER DAS BOAS!

LANÇAMENTO DO LIVRO "ARCA LITERÁRIA" DAS TRABALHADORAS DA UNICAMP. CATARINA COMOLI MOURA E MARIA DA CONCEIÇÃO FRANCELINO. ALGUMAS COMIDAS TÍPICAS SERÃO VENDIDAS A PREÇO DE CUSTO

EXPEDIENTE

BOLETIM DO STU é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp | Gestão: 2022-20225 | Textos: Fernanda de Freitas e Stéphane Powaczuk. Editoração: Diego Almeida | Tiragem: 1 mil exemplares | Impressão: MHG Editora e Gráfica | Contatos: 19 3521.7412 e 3521-7147 – www.stu.org.br e secretaria@stu.org.br | Facebook: stu.unicamp